

EDUCAÇÃO INCLUSIVA NA EDUCAÇÃO INFANTIL

QUARESMA, Deila de Vilhena¹
RU: 2812398
ALBRECHT, Ana Rosa Massolin²

RESUMO

O referido artigo abordou indagações a respeito da educação inclusiva na educação infantil, permitindo não somente a discussão de conteúdos curriculares, mas levando em conta a importância da criança como um ser capaz em todos os sentidos. Que todos os direitos e deveres sejam prezados e exercidos de modo admissível e digna e a escola por sua vez necessita romper todos esses obstáculos que há anos se manifesta, impossibilitando todo um trabalho de natureza educativa. Objetivou compreender a importância da inclusão escolar para o desenvolvimento de cada criança e capacitar educadores em educação infantil para melhor desenvolver o processo de ensino aprendizagem nessa faixa etária. Para se trabalhar impecavelmente a inclusão escolar a escola inclusiva precisa de diversos mecanismos para examinar as necessidades de cada criança portadoras de necessidades especiais, além do mais, ela é importantíssima nos ambientes escolares regulares, liberando um acréscimo sócio emocional e psicológico de cada criança. A base teórica viabilizou uma sapiência mais explanada acerca do estudo e no que diz respeito ao método de pesquisa, utilizou-se o método bibliográfico, tudo fundamentado nos conceitos de ilustres autores que dão sustentabilidade ao assunto como Mitter, Carvalho, Minetto, Kunc, Mantoan e outros. Utilizou-se, também como fonte base para a orientação de um contexto educativo a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional e a Lei Brasileira de Inclusão. Portanto, este artigo deixa uma herdade de conhecimento insigne.

Palavras-chave: Educação Inclusiva. Educação Infantil. Ensino Aprendizagem.

1 INTRODUÇÃO

Este trabalho desenvolveu-se tendo por temática abordada a Educação Inclusiva na Educação Infantil, visando entender de que forma as instituições escolares desenvolve suas habilidades e formações de alunos especiais. Visto que, é de conhecimento de todos que quando falamos em inclusão escolar, constata-se as inúmeras dificuldades que encontramos no decorrer do caminho e sabe-se que ainda temos muitas lutas para que o processo de inclusão seja de fato respeitado e cumprido como se manda a lei. Hoje muitas obstruções e

¹Aluna do Curso de Licenciatura em Educação Especial do Centro Universitário Internacional UNINTER. Artigo apresentado, como trabalho de Conclusão de curso. Semestre – ano 2018.

² Professor corretor do Centro Universitário Internacional UNINTER.

impedimentos já foram resolvidas, muitas conquistas já foram alcançadas, no entanto é indispensável um pouco mais de persistência para apoderar-se de mais espaço e peculiaridade.

Procurou-se compreender como de fato transcorre o processo de inclusão escolar, considerando os protótipos conceituais e princípios que vem sendo debatidos e defendidos. Buscou-se levantar determinadas discussões teóricas a respeito da educação inclusiva na educação infantil.

Essa temática é tão discorrida em rodas de conversas, exatamente por se tratar de um assunto extremamente importante não só para a escola como para toda a esfera social que estamos introduzidos. E quando se refere a crianças o assunto é mais preocupante, uma vez que, é na educação infantil que se começa o preparo escolar e a inclusão escolar nessa fase é imprescindível para que o infante alcance um desenvolvimento mais especializado e venha usufruir disso futuramente.

Deste modo, a escola carece trabalhar todas essas concepções e se organizar para disponibilizar toda uma assistência e afeição apropriada que essas crianças necessitam. Isso em razão que, todos sabem que é direito de toda e qualquer criança ter ingresso a uma educação de excelência, e para isso há uma lei que os amparam.

Em conformidade com o Artigo 205 da Constituição Federal de 1988, “a educação, direito de todos e dever do Estado e da família, será promovida e incentivada com a colaboração da sociedade, visando ao pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho”.

Nessa lógica, é obvio que existe uma lei, que já foi analisada, publicada e sancionada, porém sabemos que a realidade dessas crianças portadoras de necessidades especiais é bem complicada, todos os dias elas buscam por melhorias e por fazer valer seus direitos perante uma sociedade. Contudo, ainda acredito, que por mais que tenhamos falhas em uma lei, mesmo assim, se a escola for compromissada em oferecer uma verdadeira inclusão, ela não medirá esforços para buscar por melhores dias escolares, conservando a dedicação, o cuidado, a mutualidade e particularmente o respeito para com todos.

A Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDBN) faz-se assimilar que a educação amplificou no que concerne ao seu desenvolvimento e no

mesmo momento mantém um engajamento em memorar uma educação de qualidade. Vale ressaltar que ela também contém um capítulo que descreve a instrução para o atendimento às necessidades educacionais especiais dos educandos e a mesma também segue afirmando que todo esse conhecimento precisa ocorrer inteiramente na educação infantil.

Nessa circunstância, o presente artigo que objetivou compreender a importância da inclusão escolar para o desenvolvimento de cada criança e capacitar educadores em educação infantil para melhor desenvolver o processo de ensino aprendizagem nessa faixa etária. Observa-se o quanto a inclusão escolar na educação infantil se faz essencial, que está é a verdadeira base para concretizar o indivíduo em suas realizações. O estudo trouxe respostas as indagações e cooperou para a construção de novos conhecimentos, categorizando assim, uma pesquisa de natureza básica e bibliográfica.

Para desenvolver a adversidade do artigo, esta decorreu com foco na internet, livros digitais, artigos científicos e outros meios que contribuíram na concepção do presente artigo. Os fatos pesquisados foram perscrutados, pesquisados e, conseqüente, apresentado por intermédio do texto descritivo.

Por conseguinte, o artigo trilhou o método bibliográfico, atuou em discussão em dois períodos. No primeiro período notabiliza a relevância da educação inclusiva na educação infantil, tudo elaborado em teorias de brilhantes escritores que engrandeceu ainda mais o trabalho científico. No próximo período buscou destacar a importância da formação do educador para a inclusão e da própria família dentro de uma escola inclusiva modelo, acerca de uma ponderação das próprias práticas pedagógicas, tudo sendo fundamentado com estudos referentes a temática em tela.

No final, o estudo organizado com relação a educação inclusiva na educação infantil foi de uma sapiência única para o pleno desenvolvimento pessoal, todo esse aprendizado transferiu uma compreensão no que concerne o tópico dissertado, e tudo cooperou para apreender com euforia a opinião dos supostos estudiosos a frente desse cenário.

2 A INCLUSÃO E OS INFANTES

2.1 Inclusão: O que significa?

É comum, ouvirmos em nossa sociedade, falar sobre inclusão, mas, muitos falam e desconhecem seu real significado, então o que realmente significa a palavra incluir? De acordo com o dicionário Aurelio (2010), incluir exprime introduzir algo, em determinado local. Em vista disso, corresponde em um procedimento de integração. Desse modo, o vocábulo integração se atribui a incluir. Sendo assim, podemos ponderar o local onde se aprende propriamente a ler e a escrever, como a escola.

Mas, o que presenciamos muito em pleno século XXI, e que essa inclusão no Brasil ainda deixa muito a desejar, principalmente dentro das instituições escolares, haja vista, que as escolas necessitam superar suas práticas e metodologias pedagógicas, para que assim, realmente aconteça a segregação de todas essas crianças portadoras de deficiências. Pois, o que se observa é que a escola continua no ato de extrema resistência em não exaltar uma nova prática educativa, dificultando assim, todo um processo de ensino-aprendizagem. E todo esse respaldo sobre esta visão de inclusão de infantes, encontramos nas palavras de Mitter (2000, p. 25):

(...) no campo da educação, a inclusão envolve um processo de reforma e de reestruturação das escolas, como um todo, com o objetivo de assegurar que todos os alunos possam ter acesso a todas as gamas de oportunidades educacionais e sociais oferecidas pela escola.

Ao analisarmos essa definição, é possível enxergar que as escolas precisam reorganizar suas condutas didáticas, levando em consideração de que maneira possa ser criado um espaço educacional que permita a inclusão de todos os seus alunos, e claro respeitando mutualmente suas particularidades.

É dever da escola ter a devida preocupação de desenvolver práticas pedagógicas que contribuam para o enriquecimento de um novo tipo de saber e novas metodologias livres de preconceitos, se faz necessário aderir uma aparência de reconhecimento que transpasse toda essa desigualdade. É essencial que as instituições escolares examinem suas praxes exclusivas e que se

coloquem à disposição para novas adequações, assim com certeza enfrentarão os desafios dados pela inclusão.

Uma vez que, a inclusão deve ser feita por todos e para todos. Dessa forma, para incluir é fundamental conhecer, afinal é justamente essa escassez de conhecimento que dá impulso a exclusão ou a inclusão excludente. Os autores Strieder e Zimmermann (2000) reitera que produzir inclusão significa projetar e efetivar transformação intensas em termos de convicções e experiências pedagógicas. Uma modificação de suscitar perspectivas distintas, firmadas na origem da compreensão da sociedade.

A inclusão realmente acontece quando a sociedade compreende, respeita e atende às necessidades especiais do TODOS que dela fazem parte. Não importa sua classe social, condição financeira, religião, cor ou raça, pois é a sociedade que deve moldar-se e jamais, em hipótese alguma o indivíduo à sociedade. Porém, sabemos que na realidade acontece o contrário.

A educação inclusiva é uma porta importantíssima para englobar essa tão sonhada diversidade mediante a construção de uma instituição que oferece proposta a comunidade (como um todo) e ao mesmo tempo tenta atender as necessidades de cada um, olhando sempre com cuidado para aqueles que sofrem com a exclusão em termos de aprendizagem e cooperação em sala de aula.

A verdadeira inclusão infere a cooperação de todos. E ela carece ser prática e provecta e não somente vivenciada em teorias, ou seja, como diz aquele velho ditado, é óbvio que as pessoas só aprendem se forem colocar a mão na massa, sabemos que “erros” se cometem, mas é tentando que se aprende, sendo assim, não adianta querer seguir receitas prontas e acabadas e querer seguir recomendações técnicas, precisará haver uma modificação no jeito de ponderar no que tange o outro, de modo que se valorize a diferença e as primordialidades das pessoas, colocando em mente o seu maior objetivo que hoje seria a estruturação de uma comunidade mais justa e democrata, no fim de contas, quem estabelece limites ao outro não é a deficiência, é a própria sociedade.

Segundo Kunc (1992, p. 54)

O princípio fundamental da educação inclusiva é a valorização da diversidade e da comunidade humana. Quando a educação inclusiva é totalmente abraçada, nós abandonamos a ideia de que as crianças devem se tornar normais para contribuir para o mundo.

Diante desse referencial, distingue-se que é de fundamental relevância olharmos para cada indivíduo de forma respeitosa e carinhosa. A escola e a família são peças fundamentais para a contribuição de um mundo melhor e assim, juntas desenvolver uma maior valorização acerca da diversidade, sabe-se que ainda nos dias atuais, muitas crianças com deficiência sofrem com o preconceito, a exclusão e a segregação dentro e fora do ambiente escolar.

Mantoan (2005) declara que uma nova referência de conhecimento estar se manifestando: refere-se ao modo de aceitar o próximo com suas diferenças; uma vez que, o século XXI é apontado como o século da comunicabilidade e da averiguação, das quais os limites quebram com um passado de uma nova era; porém a escola em hipótese alguma pode desconsiderar as modificações que fazem parte da sociedade.

Para haver inclusão é essencial que ocorra a transformação de forma contínua, perspicaz e perceptível, por isso, para que tudo isto aconteça na prática, se faz primordial uma reformulação geral, considerando que a escola é o primeiro lugar a torna-se aberta a idealizar novas oportunidades do saber.

Por esta razão, a escola precisa desenvolver projetos educacionais para quebrar muitos desses tabus que infelizmente ainda assombram muitas pessoas. A instituição escolar tem o poder de transformar indivíduos em seres pensantes, auto reflexivos e atuantes dentro de uma sociedade e a educação ainda é a base de todo o conhecimento.

2.2 A Inclusão e os Infantes com necessidades especiais na educação infantil

De modo histórico, a caracterização de criança tem avançado ao longo dos anos, posto que em vários períodos da história, o infante foi notado de maneira diferente; segundo o dicionário Aurélio (2010) criança é o ser humano na fase da infância, que vai do nascimento à fase da puberdade. Sendo assim, Kramer (2006) diz que as transfigurações processadas nas formas de estruturação da comunidade cooperaram para essa permutação. À vista disso,

observando esse contexto, a criança portadora de necessidades especiais também é olhada de inúmeras formas.

A lei brasileira nº 13.146/2015, conhecida como lei brasileira de inclusão da pessoa com deficiência ou estatuto da pessoa com deficiência, foi validada no dia 06 de julho e publicada no dia seguinte. Conforme dispõe o Art. 1º É instituída a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência), destinada a assegurar e a promover, em condições de igualdade, o exercício dos direitos e das liberdades fundamentais por pessoa com deficiência, visando à sua inclusão social e cidadania. Passando a vigorar a partir de janeiro de 2016.

Desse jeito, é preciso ultrapassar esses preconceitos e barreiras e conseguir enxergar toda e qualquer criança de forma especial, como elas merecem. E sabe-se que é na educação infantil que elas têm o primeiro contato com toda essa realidade, por isso, o ambiente da escola de educação infantil deve ser motivador e incentivador que chame a atenção de todas as crianças, que ele seja um local atrativo onde a criança possa brincar, descontrair e se desenvolver psicologicamente e mentalmente. Com isso, Zabalza (1998), enfatiza a importância e a necessidade de se criar espaços originais e provocantes para que as crianças percebam no contexto escolar perspectivas de criação e acima de tudo de crescimento intelectual.

Para alcançar êxito no processo de aprendizagem é importante dizer que tudo depende das estratégias educativas, opções metodológicas, avaliações qualitativas, transformando a sala de aula inclusiva em um ambiente prazeroso, acolhedor, adaptando às características de cada aluno. Nesse prisma, Ainscow (1995), ratifica que a escola tem que passar de uma visão estreita e mecanicista de ensino, no qual a maioria dos alunos não conseguem êxito em sua aprendizagem devido suas dificuldades ou deficiência, e por esta razão eles necessitam de uma intervenção educacional especial, para que assim adotem estratégias de transformações das condições sociais.

Para que todas essas práticas e metodologias dê certo, é preciso que a escola compreenda que toda e qualquer criança já traz de casa um conhecimento de mundo e que a escola só vai acrescentar algo mais científico e elaborado. Mas o que muito observamos é que a maioria dos professores, tratam as crianças como um ser incapaz e incompetente de realizar alguma

tarefa escolar sozinha, por isso, na maioria das vezes os conteúdos são simplificados e acabam desconsiderando aquilo que o pequeno já sabe, titulando-o como um ser vazio e que precisa ainda receber as devidas orientações.

O autor Vygotsky (1998) nos faz compreender que as crianças aprendem muito antes de frequentarem a escola. Qualquer situação de aprendizagem que a criança se depara na escola sempre irá haver uma história prévia, assim ele conclui dizendo que de fato a aprendizagem e o desenvolvimento estão inter-relacionados começando desde o nascimento. Por tanto, fica inadmissível não reconhecer que é na educação infantil que tudo se começa, principalmente as práticas educacionais.

Trabalhar com a inclusão principalmente na educação infantil é mostrar que as diferenças não podem ser vistas apenas como um problema, mas sim como diversidade. E essas variedades, a contar da realidade social, que pode expandir a visão de mundo e desenvolver oportunidades de convivência a todas as crianças. Para Carvalho (2005, p. 5)

Ao refletir sobre a abrangência do sentido e do significado do processo de Educação inclusiva, estamos considerando a diversidade de aprendizes e seu direito à equidade. Trata-se de equiparar oportunidades, garantindo-se a todos - inclusive às pessoas em situação de deficiência e aos de altas habilidades/superdotados, o direito de aprender a aprender, aprender a fazer, aprender a ser e aprender a conviver.

Nesse sentido, percebe-se que trabalhar com a diversidade é fundamental para dar-se oportunidades a todos. Mostrando o elo de igualdade, tornando assim o direito de aprender a fazer, aprender a ser e aprender a conviver de maneira saudável e feliz.

Por fim, é viável que os infantes com necessidades especiais na educação infantil, receba uma educação transparente e igualitária, onde prevaleça a verdadeira inclusão escolar. Que essas crianças aprendam desde pequenos que não existem ninguém “incapaz” de fazer algo, que nenhuma dificuldade seja capaz de interromper seu processo de aprendizagem. A escola precisa ser o ponto pé inicial para esclarecer todas essas questões que futuramente serão de grande valia para o crescimento intelectual e mental de cada ser humano.

3 A INCLUSÃO E A COMPETÊNCIA EDUCACIONAL

3.1 A instituição escolar e a inclusão

É de conhecimento de todos, que a escola necessita trabalhar de forma consciente a inclusão dentro do ambiente educacional, possibilitando à todas as crianças o direito que por lei são garantidos. Dessa forma, qualquer instituição de ensino no Brasil, seja ela pública ou particular, tem o compromisso de amparar e incluir os infantes portadores de necessidades especiais, disponibilizando um apoio especial e tudo isso é conhecido como a Educação Especial ou Educação Inclusiva.

A educação infantil é um direito constitucional de todas as crianças que vivem no Brasil. A emenda de nº 59/2009 alterou os incisos I e VII do artigo 208 da Constituição, determinando a obrigatoriedade da educação básica dos 4 aos 17 anos de idade. Conseqüentemente, a matrícula tornou-se obrigatória a partir da pré-escola, sendo o acesso à creche um direito de todas as crianças de 0 a 3 anos, devendo o poder público ampliar sua oferta gradativamente.

Sabe-se que é um direito de todos frequentarem uma escola comum e ser aceito de todas as formas, mesmo que seja pessoas portadoras de deficiência, a escola deve estar pronta para atender com qualidade todas elas e, oferecer um ensino de qualidade. A Lei nº 7.853 estipula a obrigatoriedade de todas as escolas em aceitar matrículas de alunos com deficiência - e transforma em crime a recusa a esse direito. Aprovada em 1989 e regulamentada em 1999, como previsto em lei é explícito que ela é simples e objetiva, ou seja, não basta apenas a escola receber matrículas de alunos com necessidades educacionais especiais é preciso que ofereça condições para desenvolver uma educação de qualidade.

Assim, segundo a Lei de Diretrizes e Bases Nacional da Educação “Entende-se por educação especial, para os efeitos desta Lei, a modalidade de educação escolar, oferecida preferencialmente na rede regular de ensino, para educandos portadores de necessidades especiais” (LDB, Cap. V, Art. 58).

Tudo isso é fundamental para o crescimento intelectual do indivíduo e, sabe-se que a educação é a base de tudo, e se isso for negado a uma criança portadora de deficiência, ela poderá carregar angústias e decepções de pessoas que não exercem de fato a cidadania. Segundo a lei brasileira de inclusão, o que

mais merece atenção é o artigo 27, que aborda um dos principais pontos da legislação.

A educação constitui direito da pessoa com deficiência, assegurados sistema educacional inclusivo em todos os níveis e aprendizado ao longo de toda a vida, de forma a alcançar o máximo desenvolvimento possível de seus talentos e habilidades físicas, sensoriais, intelectuais e sociais, segundo suas características, interesses e necessidades de aprendizagem.

A escola inclusiva é aquela que aceita todos independentemente de suas necessidades especiais. E é de conhecimentos de todos que toda criança portadora de deficiência tem direito a frequentar uma escola regular e poder garantir um futuro propício. Mas para que tudo isso saia do papel, se faz essencial que todos abracem esta causa, até porque a escola sozinha jamais fará a diferença neste mundo. Ela precisa de apoio político e pedagógico que susterrão suas práticas e ideologias.

Segundo o autor Pacheco: “A educação inclusiva tem sido discutida em termos de justiça social, pedagogia, reforma escolar e melhoria nos programas. No que tange a justiça social, ela se relaciona aos valores de igualdade e de aceitação”. (Pacheco, 2007, p.15).

A escola carrega um grande desafio, porém, inferimos que não é apenas ela que é responsável para obter êxito dentro do âmbito educacional, as crianças que necessitam de um atendimento especializado precisam de apoio do estado, afinal, é ele que oferece assistência técnica e financeira. De acordo com cada deficiência apresentada, o estado deve ofertar um cuidador, que é aquela pessoa que ajuda a cuidar do educando. Esse “cuidador”, ampara o educador em suas tarefas escolares, participando de reuniões que acompanha a aprendizagem.

Dessa forma, não adianta a família e a própria comunidade cobrar apenas da escola, eles primeiramente devem ser participativos e atuantes na vida escolar dos seus filhos, para que assim, os mesmos possam obter um acompanhamento adequado sobre o aprendizado dos seus respectivos filhos.

A LDB (2004, p.27) afirma que; Art.2º. A educação, dever da família e do estado, inspirada nos princípios de liberdade e nos ideais de solidariedade humana, tem por finalidade o pleno desenvolvimento do educando, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho.

Compreende-se que há uma responsabilidade tanto do estado, da educação quanto da própria comunidade pela inclusão dessas crianças. A escola precisa adaptar-se, abandonando o seu caráter seletivo, discriminatório e preconceituoso e receber todos com entusiasmo e satisfação. É nítido que precisa de lutas e mudanças constantes para conseguir uma escola inclusiva de qualidade, onde todos os alunos terão oportunidades iguais, independentemente de suas dificuldades e diferenças que os mesmos apresentam. Segundo a Unesco (1994, p. 8-9)

[...] as crianças e jovens com necessidades educativas especiais devem ter acesso às escolas regulares, que a elas devem se adequar [...] elas constituem os meios mais capazes para combater as atitudes discriminatórias, construindo uma sociedade inclusiva e atingindo a educação para todos.

Compreende-se que existe uma lei que beneficia, mas infelizmente na maioria das escolas, isso tudo estar apenas no papel, nunca se é colocado em prática de forma coerente e plausível. Caso a lei fosse cumprida da maneira que se pede, teríamos escolas apropriadas e professores qualificados e preparados para enfrentar essas diferenças, sabemos que a escola deve ofertar espaços propício para desenvolver um ensino amplo e eficaz para toda uma sociedade heterogênea e construir um lugar no qual todos possam ser aceitos e serem respeitados de forma diversificada, desde as práticas pedagógicas, organização do currículo e estratégias de ensino, apoio ao aluno, ao professor, à família e a esta escola também, para que seja realmente inclusiva e para todos.

O autor Mazzotta (2005) ainda argumenta, dizendo que devemos respeitar as diferenças e que no início do século XIX as pessoas que tinham qualquer deficiência eram tratadas como “alienados mentais” e não recebiam qualquer tipo de tratamento, ou seja, eram isolados de uma sociedade. E aqueles que não ofereciam risco à população ainda ficavam pelas ruas, já aqueles que eram agressivos eram acorrentados dentro de cadeias.

Assim, constata-se que hoje muitas coisas se modificaram abrindo várias portas principalmente dentro da educação especial, é obvio que muita coisa precisa ser melhorada, mas já temos um bom progresso. A inclusão já conquistou inúmeros espaços e com a criação do Atendimento Educacional Especializado – (AEE) tudo se tornou mais fácil e hábil, afinal esse programa

desenvolve habilidades extracurriculares nos ensinamentos regulares inclusivos. Quando são interpretadas da melhor forma, elas proporcionam uma mudança radical na escola dita “comum” e com auxílio de salas multifuncionais, percebemos que de certa maneira elas atendem todas as exigências e conseguem oferecer uma educação para todos.

3.2 A preparação do educador para a inclusão

Sabe-se, que a atuação dos educadores na escola inclusiva é de extrema importância para o cenário educacional brasileiro, os professores são peças-chaves para que aconteça uma aprendizagem de forma ética, democrática e cidadã. Por tanto, para que haja uma parceria forte é preciso que a escola como um todo dê o primeiro passo para que tudo seja realmente consumado.

O educador é o principal mediador de todo o conhecimento, é o agente transformador, que contribui para a verdadeira transformação de seus alunos. E cada um deles, precisam carregar muita determinação para enfrentar os desafios que cada etapa traz consigo, afinal sabemos que nada disso, apesar de parecer “fácil” não é, requer muita pesquisa, tempo, métodos e criatividade para elaborar-se uma boa aula dinamizada. Para a autora Ruiz (2003 s/p), se faz necessário que o professor tenha objetivos claros e se posicione de forma objetiva, para que assim a mudança possa acontecer.

De acordo com o Referencial Curricular Nacional da Educação Infantil (BRASIL, 1998, p. 23, v.01):

Educar significa, portanto, propiciar situações de cuidado, brincadeiras e aprendizagem orientadas de forma integrada e que possam contribuir para o desenvolvimento das capacidades infantis de relação interpessoal de ser e estar com os outros em uma atitude básica de aceitação, respeito e confiança, e o acesso, pelas crianças, aos conhecimentos mais amplos da realidade social e cultural.

Engana-se quem pensa que o papel do professor é apenas ensinar, o educador é o grande responsável por oferecer a seu alunado experiências e mostrar para toda sociedade que a escola e/ou sala de aula é um ambiente cheio de diversidade. Sem falar que as crianças tem o profissional da educação como seu segundo exemplo a ser seguido, pois os primeiros são seus próprios pais.

Dessa forma, o educador possui uma forte influência para ensinar, motivar e orientar seus educandos.

O papel do professor é tão importante, quanto o papel dos pais dentro de uma educação, eles devem se preocupar com a qualidade de ensino que as crianças recebem. E, a partir dessa definição é que o educador carrega uma importante missão que é levar a todos um conhecimento amplo e eficaz. E se tivermos a participação da família e da comunidade tudo se torna mais fácil de lidar e com certeza teremos menos julgamentos.

Nessa perspectiva, ser professor é uma tarefa árdua, na prática é muito diferente da teoria aprendida na academia. Afinal, encarar uma sala de aula com alunos deficientes é apavorante, sobretudo para aqueles que não tem acesso a uma boa capacitação. Batista JR (2016) entende que por mais que exista uma escola inclusiva hoje, por mais que ela seja presente na vida de muitos desses alunos portadores de necessidades especiais, o autor acredita que a política de inclusão não estar conseguindo atingir metas satisfatórias e isso são diversos autores que apontam determinada situação, e tudo se dá por conta de não haver um preparo do docente para que o mesmo encare as dificuldades do dia a dia encontradas em sala de aula.

A constituição federal é clara quando garante aos portadores de necessidades especiais o direito à educação de qualidade no ensino regular em instituições públicas de ensino. Mas, infelizmente os direitos dessas pessoas são violados de forma brusca, onde na maioria das vezes presenciamos que o professor até tenta desenvolver um bom trabalho, mas a falta de capacitação para receber as crianças com necessidades especiais é crítica.

E analisando todas essas observações chega-se à conclusão que não adianta existir inúmeras lei se a mesma não é respeitada da forma que deveria. Todos sabem da grande dificuldade que tanto o professor, quanto o aluno enfrentam no decorrer do dia a dia em sala de aula, essas crianças “especiais” requer um cuidado e uma atenção maior, sem dúvidas elas exigem muito mais do educador do que as outras crianças ditas “normais”. Esses alunos precisam ser motivados a todo momento e assim, o professor deve atuar usando diferentes metodologias que consiga a concentração destes. Conforme afirma Minetto (2008, p. 101), para que isso seja possível:

O professor precisa organizar-se com antecedência, planejar com detalhes as atividades e registrar o que deu certo e depois rever de que modo as coisas poderiam ter sido melhores. É preciso olhar para o resultado alcançado e perceber o quanto “todos” os alunos estão se beneficiando das ações educativas.

Na maioria das vezes, o profissional da educação procura elaborar atividades escolares diferenciadas, mas o problema é que o mesmo não conta com recursos apropriados e nem tem condições de se auto capacitar para assim, chegar com compromisso onde se deseja. Como um professor irá desenvolver um ensino de qualidade se ele não tem um preparo e métodos pedagógicos para realizar tais atividades.

A formação adequada do professor é uma ferramenta essencial para um bom desenvolvimento do ser humano, no âmbito social, cognitivo e intelectual. Inspirado no pensamento dos autores GLAT, FERREIRA, OLIVEIRA & SENNA, (2003). Entende-se que o profissional da educação que não se esforça para realizar suas tarefas escolares, que se mostra incapaz de desenvolver um excelente trabalho em especial com alunos que possui alguma deficiência, só faz perceber que ele é o dito “professor” sem experiência e sem nenhuma formação, assim, a falta desse conhecimento atinge a vida de um educador que tenta de todas as maneiras agir de forma correta, pois uma criança com deficiência no ambiente escolar necessita da ajuda de um profissional capacitado para que o ensino aprendizagem tome rumo significativos.

Essa formação continuada que o professor precisa receber é justamente para obter grandes resultados, e se isso lhe for negado com certeza seu trabalho será comprometido por mais que o mesmo desenvolva com amor e zelo, jamais terá o êxito que esperam. E essa capacitação se faz mais necessário quando se trata de professores que atuam com alunos portadores de deficiência. Não tem condições de incluir alunos com necessidades especiais em uma escola de ensino regular, se a mesma não oferece boas condições, onde os próprios educadores não possuem uma capacitação especializada. Frente a isso, a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional – Lei nº 9.394/1996, artigo 62, situa:

A formação de docentes para atuar na educação básica far-se-á em nível superior, em curso de licenciatura, de graduação plena, em universidades e institutos superiores de educação, admitida, como formação mínima para o exercício do magistério na educação infantil e

nas quatro primeiras séries do ensino fundamental, a oferecida em nível médio, na modalidade Normal. (BRASIL, 2006).

Concordando com a citação acima, compreende-se que a formação para os educadores é de extrema importância para conquistar um aprendizado eficaz dentro da educação inclusiva, afinal muitos desses professores, ficam sem rumo e direção para atuar no ambiente escolar e tudo isso acontece devido à falta de capacitação. Quando não somos preparados para realizar algo a insegurança domina e desespera todo e qualquer profissional que se esbarrar com essa veracidade.

METODOLOGIA

Para desenvolver este trabalho de estrutura pedagógica e teórica acerca da convicção de um conhecimento, como essência construtiva empregou-se uma pesquisa com perscrutações bibliográficas para compreender referências e explanações para pretexto relativas irresolução que se levantou na presença da tese, como exemplifica Fonseca (2002, p.32):

A pesquisa bibliográfica é feita a partir do levantamento de referências teóricas já analisadas, e publicadas por meio escritos e eletrônicos, como livros, artigos científicos, páginas de web sites. Qualquer trabalho científico inicia-se com uma pesquisa bibliográfica, que permite ao pesquisador conhecer o que já se estudou sobre o assunto.

Isto é, para estabelecer uma cognição autêntica de uma determinada temática, requer do sujeito pesquisa e, se aprofundar solicita buscas significativas e fontes seguras, no sentido de embasar todo o trabalho, tornando-se lícito, fundado e constituído em cima de uma lógica específica.

Neste seguimento, o artigo produzido foi a finalização de uma exatidão bibliográfica e todas as averiguações obtidas concederam que se realizassem as análises e reflexões a respeito da educação inclusiva na educação infantil, no discernimento de memoráveis autores que salientam sobre a importância desse conhecimento, caracterizando assim, uma pesquisa qualitativa.

A pesquisa qualitativa é um mecanismo de aptidão investigador deixa os interpelados ponderarem com autonomia sobre o tópico em debate, autorizando

ao pesquisador fazer uma investigação do objeto de estudo desde os elementos colhidos entre os profissionais.

No decorrer das averiguações e discussões acerca das referências obtida se constituiu uma interlocução e estabeleceu uma conversação com estudiosos que prescrutaram e elaboraram no que concerne a tese em questão para melhor preservar e apreender a importância do argumento salientado. Por meio da pesquisa bibliográfica, constata-se a notabilidade da educação inclusiva para o processo ensino aprendizagem na educação infantil, a grande perspectiva que o mesmo permite a educação.

Outrossim, os objetivos registrados dentro deste cenário foram totalizados, detectando possíveis problemas e resgatando soluções as experiências didáticas, portanto, desenvolveu-se este estudo de forma lógica e plausível e facilitou a construção do conhecimento acerca da educação inclusiva na educação infantil. Logo após a coleta das averiguações os fatos foram pesquisados, estudados, explanados, refletidos e exibido de forma transcrito e descritivo.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Pelo que foi apresentado nesse trabalho de raciocínio teórico, entende-se a relevância da educação inclusiva na educação infantil, esta análise permitiu apreender a fundo sobre o assunto em argumentação, cooperando de maneira indiscutível, conduzindo todas as conclusões às muitas perscrutações que antes se mantinha e levou a uma reflexão em compatibilidade a este conteúdo que é tão discorrido desde de muito tempo por toda uma comunidade.

Considera-se que não é simples falar de inclusão em nossa sociedade, para muitas pessoas esse assunto ainda é um “tabu” que necessita ser muito debatido e trabalhado para conquistar grandes objetivos. E sem essa modificação de hábito fica dificultoso desenvolver um trabalho mais oportuno e afável, deste modo, há imensuráveis batalhas e obstáculos que se faz fundamental que se quebre para que o desenvolvimento educacional possa percorrer caminhos excelentes.

Assim, a educação inclusiva necessita imediatamente de um trabalho de publicação dos direitos que pleiteie aos portadores de deficiência, para que dessa maneira, os mesmos consigam lutar por tudo que é seu por direito. Pois, acredita-se que existem muitas famílias que não tem o conhecimento dos direitos que seu filho especial porta dentro de uma sociedade e acabam desistindo de lutar por algo que é direito específico do seu filho, que é garantido pela lei, por isso, é importante o papel da divulgação.

Todos são dignos de uma educação de qualidade e não é apropriado isso ser recusado a alguém apenas porque uma pessoa detém uma estabelecida “deficiência” mesmo com suas exceções carecemos compreender que não é uma deficiência que irá fazer o sujeito ser menos competente do que aquele “Dito normal”, precisamos tratar todos iguais, eliminando toda e qualquer discriminação e/ou preconceito, manifestando esse comportamento é nítido que fará toda a diferença não só no campo educativo, como no social também. Se agirmos assim, estaremos caminhando no sentido certo de uma verdadeira educação. A instituição tem que ser vista como um espaço de edificação de aprendizado, abandonando de vez a discriminação de toda e qualquer espécie.

É indicado que todos enxerguem a educação de forma excepcional, de uma maneira que se preocupem com todos e que venham romper todos os bloqueios de impedimento de qualquer ser humano, necessitamos enxergar todos com apreço, para que desse modo, ela consiga abraçar todos os graus de instrução. Presentemente, identificamos a lei 13.146, denominada como a lei de inclusão, contudo nota-se que infelizmente, essa lei fica apenas catalogada em uma folha de papel, contemplando aquele velho ditado de “faz de conta”. Estima-se que a cultura da sociedade brasileira tem que se transformar atentando cada situação, fazendo intervir que todos podem e devem se especializar de modo eficiente, comprovando que somos todos iguais e, que cada um pode ser o que desejarem, afinal o céu também é o seu limite.

Como testemunhamos a todo momento existem várias leis, decretos e declarações para que se cumpra a verdadeira inclusão concerne a nós como cidadãos fazer jus ao que se referem as constituições inclusivas, encarando e respeitando as diferenças na igualdade de ensino.

Perante o exposto, apurou-se externar nesse trabalho que foi de cunho básico o resultado da averiguação por intermédio de pesquisas bibliográficas e

um diálogo estruturado com celebres escritores que redigiram sobre o enunciado. Indiscutivelmente este estudo foi de extrema relevância para alcançar um conhecimento inigualável, mesmo com todos os desafios e obstáculos a educação inclusiva contribui de forma categórica com o ensino aprendizagem e empenhasse-se para vencer um espaço maior e melhor dentro da sociedade.

Este artigo retratou a importância da educação inclusiva na educação infantil, buscando fomentar a reflexão dos educadores, família e comunidade junto à educação infantil, almejando contribuir de forma positiva com as práticas educativas. Dentro desse contexto o artigo deixa uma herança de compreensão considerável o qual auxiliou para um melhor entendimento do assunto em tela. Esta pesquisa foi decisiva para estudar todos os pontos convenientes inconvenientes, evidenciando o fundamentado papel da família, da instituição escolar e do governo dentro de uma sociedade.

REFERÊNCIAS

AINSCOW, M. **Education for all: making it happen**. Comunicação apresentada no Congresso Internacional de Educação Especial. Birmingham (Inglaterra): abril/1995.

BATISTA JÚNIOR, J. R. L. **Pesquisas em educação inclusiva: questões teóricas e metodológicas** / José Ribamar Lopes Batista Júnior. – Pipa Comunicação, 2016. 300p.: Il., Fig., Quadros. (e-book) <http://www.ufpb.br/cia/contents/manuais/livro-pesquisas-em-educacao-inclusiva.pdf>: acessado em 13/08/2021.

BRASIL, 2004, Decreto n. 5.296, de 2 de dez. de 2004. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-006/2004/decreto/d5296.htm; acesso em: 24 outubro 2021.

BRASIL. Ministério da Educação e do Desporto. Secretaria de Educação Fundamental. **Referencial curricular nacional para a educação infantil/Ministério da Educação e do Desporto, Secretaria de Educação Fundamental**. - Brasília: MEC/SEF, 1998, volume: 1 e 2. Disponível em: portal.mec.gov.br/seb/arquivos/pdf/volume3pdf. Acesso em 23 de outubro de 2021.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília: MEC, 1988.

_____. Ministério da Educação, **Lei 9394, de 23 de dezembro de 1996**. Estabelece as Diretrizes e Bases da Educação Nacional: Ministério da Educação, 1996.

_____. Ministério da Educação. Secretaria da Educação Especial. Secretaria Educação Fundamental. **Referencial Curricular Nacional para a Educação Infantil**: estratégias e orientações para a educação de crianças com necessidades educacionais especiais. Brasília: MEC, 2001.

_____. Ministério da Justiça. **Declaração de Salamanca e linha de ação sobre necessidades educativas especiais**. Brasília, 1994.

CARVALHO, Rosita Edler. **Educação Inclusiva: com os pingos nos is**. 3. ed. Porto Alegre: Mediação, 2005. https://educere.bruc.com.br/arquivo/pdf2015/20943_11137.pdf: Acesso em 25/08/2021.

FONSECA, J. J. S. **Metodologia da pesquisa científica**. Fortaleza: UEC, 2002. Apostila

GLAT, R & FERREIRA, J. R; OLIVEIRA, E. da S. G. & SENNA, L. A. G. **Panorama Nacional da Educação Inclusiva no Brasil**. Relatório de consultoria técnica, Banco Mundial, janeiro de 2005.

KRAMER, Sonia. **A Política da Pré-escolar no Brasil**: A arte do disfarce. 8. ed. São Paulo: Cortez, 2006.

KUNC, Thomas S. **A estrutura das revoluções científicas**. São Paulo, Editora Perspectiva, 1992. Disponível em: <http://www.gestaouniversitaria.com.br/artigos/o-paradigma-da-inclusao-na-educacao-infantil>: Acessado em 12/09/2021.

MANTOAN, M. T. E. **A hora da virada. Inclusão** – Revista da educação especial. Brasília, 2005.

MAZZOTTA, M. J. S. **Educação especial no Brasil: história e políticas públicas**. 5. ed. São Paulo: Cortez, 2005.

MINETTO, M. F. **O currículo na educação inclusiva**: entendendo esse desafio. 2ª ed. Curitiba: IBPEX, 2008.

MITTLER, Peter. **Educação Inclusiva: contextos sociais**: Porto Alegre: Artmed, 2003.

PACHECO, JOSÉ. **Caminhos para a Inclusão um guia para aprimoramento da equipe escolar**. São Paulo: Ed. Artmed, 2007. Disponível em: <https://www.portaleducacao.com.br/conteudo/artigos/conteudo/a/16095> acessado em: 12/10/2021.

STRIEDER, R. ZIMMERMANN, R. L. G. **A inclusão escolar e os desafios da aprendizagem.** Caderno de pesquisa: Pensamento educacional, vol. 05, nº 10, maio – agosto de 2010.

UNESCO (1994). **Declaração de Salamanca e Linhas de Ação para satisfazer Necessidades Educativas Especiais.** Salamanca, Espanha, 1994. https://educere.bruc.com.br/arquivo/pdf2015/20061_8110.pdf: Acesso em: 12/10/2021.

VYGOTSKY, L.S. **Linguagem, desenvolvimento e aprendizagem.** 6. Ed. São Paulo: Ícone, 1998.

ZABALZA, M. A. 1998. **Qualidade em educação infantil.** Porto Alegre, Artmed, p. 288.